

## ATUAÇÃO PEDAGÓGICA DOCENTE PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA REGULAR DE IBIPITANGA/BA

*Maria de Fátima Bela Pina<sup>1</sup>*  
*Angelita Rosa<sup>2</sup>*

### RESUMO

Este artigo consiste em um relato de experiência vivenciada pela autora nas escolas da rede de ensino no município de Ibipitanga/BA, no período de maio de 2015 a maio de 2016, considerando uma problemática em discussão nas últimas décadas, tendo em mente as novas exigências impostas pela educação inclusiva. Sendo assim, o objetivo é relatar a experiência como professora e coordenadora pedagógica da educação especial no processo de implementação da política de educação especial na perspectiva de educação inclusiva, no município de Ibipitanga, no que se refere ao tratamento de alunos com deficiência em salas de aula do ensino comum. Os resultados desse procedimento evidenciaram a falta de preparo dos professores e a necessidade sentida pelos mesmos de aprender a lidar com estes alunos.

**Palavras-chave:** Educação Especial. Inclusão Social. Formação de professores.

### ABSTRACT

This article consists of an experience report by the author in the schools of the city of Ibipitanga / BA, from May 2015 to May 2016. Considering a problem under discussion in the last decades, bearing in mind the new requirements imposed by inclusive education. Thus, the objective is to report the experience as teacher and Pedagogical Coordinator of Special Education in the process of implementation of the special education policy from the perspective of inclusive education in the municipality of Ibipitanga, With regard to the treatment of students with disabilities in common teaching classrooms. The results of this procedure evidenced the lack of preparation of teachers and the need felt by them to learn how to deal with these students.

**Keywords:** Special Education. Social inclusion. Teacher training.

<sup>1</sup> Coordenadora Pedagógica de Educação Especial, pedagoga, Especialista em Psicopedagogia Institucional pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). E-mail: fatimapina2009@hotmail.com

<sup>2</sup> Orientadora, mestranda em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB/PPGEcoH).

## **Introdução**

A Constituição Federal (CF) de 1988 tem como um dos seus objetivos fundamentais a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, inc. IV), e assegura, no Artigo 205, que: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Sendo a Educação um direito fundamental de todo ser humano, legitimado pela sociedade, conforme prescreve a CF, é justo que esse direito seja respeitado em qualquer condição em que se encontrem as pessoas, por se tratar de prescrição imprescindível ao pleno desenvolvimento da pessoa, entre eles o direito de participar, aprender, conhecer, e fazer parte do meio social em que convive com seus pares.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (Lei 9.394/96) estabeleceu, em seu Art. 21, que a educação escolar compõe-se da Educação Básica, formada por três etapas: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, sendo, portanto, esta a educação regular que deve ser oportunizada a todas as pessoas, não se confundindo com o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Este se trata de um serviço prestado pela modalidade de educação especial, conforme esclarece o Art. 58 da LDBEN, que perpassa por todas as etapas e níveis de ensino, ou seja, desde a educação infantil ao nível de ensino superior.

Dessa forma, tal atendimento diferencia-se substancialmente da escolarização, devendo ser ofertado em horário contrário ao do ensino regular, justamente para possibilitar que os alunos nela atendidos possam frequentar regularmente a sala de aula em que se encontram devidamente matriculados, de acordo com o Art. 55 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que assim determina: “Os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. O AEE, garantido constitucionalmente, serve para ampliar os direitos das pessoas com deficiência sem excluir outras garantias previstas no mesmo Art. 208 da CF. Portanto, é inadmissível que o AEE substitua a escolarização nas classes comuns da rede regular de ensino, não se podendo aceitar a prática de encaminhamento do aluno que não “consegue aprender” para uma escola especial a fim de que esta se encarregue do papel do ensino regular.

A educação inclusiva, no campo das políticas educacionais, assume um papel fundamental no debate a respeito da sociedade contemporânea e da ação da escola na progressão da lógica da exclusão. O movimento de inclusão educacional consiste numa ação política, cultural, social e pedagógica desencadeada em defesa do direito de que todos os alunos possam envolver-se e aprender juntos, sem qualquer tipo de discriminação.

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo relatar a experiência como professora e coordenadora pedagógica da educação especial no processo de implementação da política de educação especial na perspectiva de educação inclusiva, no município de Ibipitanga. Buscando, assim, conhecer as dificuldades existentes e as necessidades de preparação para promoção da inclusão de alunos com deficiência no ensino regular. Desse modo, vislumbramos a investigação e o debate das teorias educacionais ligadas, principalmente, ao processo de formação dos professores e seus saberes na prática inclusiva em ambiente escolar, com destaque para a inclusão escolar de sujeitos com deficiência.

Este artigo foi construído com um olhar sobre as necessidades do ensino inclusivo, contemplando uma educação que vai além de reformas, dogmas, metodologias, propostas críticas

com pouca efetivação e discurso de “emancipação”, que fazem da escola mercadoria de consumo. Portanto, o objeto de estudo foi construído a partir das experiências como professora, coordenadora pedagógica da educação especial na rede de ensino, e como colaboradora na elaboração do diagnóstico do Plano Municipal de Educação construído no ano de 2015. O trabalho junto a alunos com deficiência que recebem o AEE no município também subsidiou a escolha do tema. Assim, o presente artigo justifica-se a partir da seguinte temática: atuação pedagógica docente para a inclusão de alunos com deficiência na escola regular em Ibipitanga. Sobretudo, busca-se a cada dia aperfeiçoamento pela temática de forma que venha a contribuir para a prática pedagógica dos docentes na rede regular de ensino e que, conseqüentemente, os alunos com deficiências sejam, de fato, incluídos de maneira justa e igualitária.

Na vivência enquanto docente, pudemos vislumbrar as necessidades educacionais especiais de alguns alunos, bem como as dificuldades dos professores de construírem intervenções sólidas e criativas que resultassem no aprendizado e na construção do conhecimento. Nesse momento, pudemos avançar na reflexão de que a educação nos faz humanos e históricos, como autores no modo de pensar sobre a realidade, sobre o mundo e sobre nós mesmos (condição de cidadão). Sentimos a necessidade de ampliar tais reflexões e mergulhar no estudo científico, tendo em vista alargar uma compreensão no que concerne à realidade da rede de ensino.

O município de Ibipitanga está localizado no centro-sul do estado, mais precisamente no sertão da Chapada Diamantina. Com clima semiárido, o município tem a caatinga como sua principal vegetação, e como atividade econômica a pecuária. Sua sede é banhada pelo Rio Paramirim, afluente do Rio São Francisco. Sua população estimada em 2010 era de 14. 171 habitantes, ocupando uma área 954 km<sup>2</sup>. Atualmente, a rede municipal de ensino mantém dezoito escolas. Em consonância com a Lei 9.394 de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Ibipitanga acompanha a evolução tecnológica, aprimorando sua rede educacional tanto no aspecto físico quanto pedagógico, na busca da qualificação e do cumprimento da função social das suas escolas, aumentando os índices indicativos de qualidade educacional e social.

Em decorrência da complexidade de situações presentes no cotidiano da escola e da sociedade, visando a atender a diversidade de alunos, é dada, ao docente, a responsabilidade da inclusão escolar, sem perder de vista o reconhecimento de igualdade de direitos e oportunidades educacionais para todos num ambiente educativo adequado.

Percebemos, através de estudos e da vivência como coordenadora pedagógica da educação especial da Secretaria Municipal de Educação de Ibipitanga, que as práticas educativas são desafiadas a todo o momento a darem conta de uma educação que seja capaz de possibilitar a construção de uma cultura em que o sujeito participe do contexto social de forma reflexiva e atuante. Devido aos paradigmas excludentes de educação que vêm sendo construídos historicamente, entendemos que a inclusão de alunos com deficiência apresenta-se como um grande desafio, uma vez que a escola ainda não considera as diferenças, ao tempo em que está imersa em um contexto de desigualdade e exclusão social.

É importante destacar que a nossa implicação com essas reflexões sobre a inclusão vêm, inicialmente, do tempo de infância, lembranças de um processo de aprendizagem e formação humana mergulhada em ideias e concepções dominadoras e excludentes, as quais nos impulsionaram a refletir sobre as dificuldades e os problemas sociais que levam ao isolamento e até à discriminação de um determinado grupo e/ou pessoa.

Durante a atuação na Coordenação Pedagógica de Educação Especial, as possibilidades para o desenvolvimento pessoal e profissional no sentido de construir e aprimorar conhecimentos produzidos, foram ampliando as discussões acerca da Educação Especial numa perspectiva inclusiva, enriquecendo as experiências e os valores nelas emaranhadas. Nessa caminhada, a efetivação da prática pedagógica, em articulação com os conhecimentos apreendidos na formação inicial, propiciou uma percepção sobre o desenvolvimento das habilidades e competências do professor.

Sendo assim, entendemos que as práticas por si só não dão conta de construir os saberes docentes, esses são também elaborados, estabelecidos e reformulados por meio da formação inicial do professor, acompanhando-os por toda vivência profissional. A experiência como docente de alunos com deficiência, na Escola Municipal Presidente Médici, abriu novos olhares para as discussões a respeito dos impasses encontrados na inclusão dos sujeitos com deficiência, consequência, principalmente, do pouco conhecimento que os educadores possuem sobre as deficiências, resultando em mediações pedagógicas fragilizadas e sem sucesso. Percebemos, na prática, que o processo de inclusão exige posição política, condições materiais acessíveis, reorganização do espaço e do trabalho escolar, como também a superação de barreiras e entraves, por meio de ações sensibilizadoras e educativas, a fim de que haja uma consciência social no tocante ao respeito e à inclusão das diferenças.

Percebemos que é necessário ampliar as experiências e conhecimentos acerca do trabalho de orientação pedagógica com os professores que atuam nas salas de recursos e salas comuns, provocando reflexões sobre uma educação que possibilite ao sujeito com deficiência conhecer os elementos de seu contexto social para nele intervir, ampliando a comunicação, a liberdade e a interação entre os indivíduos. Ao longo dessa caminhada acadêmica e profissional, essa reflexão encontrou-se motivada, intencionalmente, pela defrontação das condições individuais com as condições gerais da educação formal que era fornecida aos sujeitos com deficiência.

Neste contexto, observa-se quanto o processo de ensino-aprendizagem das crianças com deficiência em classe regular ainda acontece de forma fragilizada. Sobretudo, há uma consciência de que a aprendizagem consiste em um processo contínuo, caracterizado por desafios e oportunidades para o aprendiz e de que é preciso aplicabilidade teórico-metodológica, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento e a aprendizagem de todos os sujeitos com deficiências.

Destarte, as práticas pedagógicas que são apresentadas na política da inclusão escolar, inclusive as práticas pedagógicas dos professores de classe comum com alunos com deficiência, são ainda recentes no nosso país. Nesse sentido, é interessante que estas práticas possam ser avaliadas e monitoradas para que possamos socializar o índice de sucesso e também os problemas encontrados. Assim, é possível identificar como ocorre a interação social entre professores da classe comum e os alunos com necessidades educacionais especiais, e como ocorre a participação dos alunos nas atividades da vida escolar a fim de, a partir disto, propor sugestões para a formação inicial e continuada de professores dentro da perspectiva da inclusão escolar.

## **Metodologia**

Este artigo consiste em um relato de experiência vivenciada pela autora nas escolas da rede de ensino no município de Ibipitanga. Tal fato pode ser observado, levando em consideração os dados quantitativos do ano letivo de 2015 e 2016, quando o município atendia em média 45 alunos, com apoio das salas de Recursos Multifuncionais.

Ressalto que os alunos das turmas de AEE foram devidamente matriculados em turmas regulares de unidades de ensino do município. Sendo assim, a escola encaminha um relatório dizendo as dificuldades apresentadas pelo aluno na sala de aula. Assim, o professor do AEE faz um estudo de caso com relação à vida escolar e familiar do aluno, anamnese com a família, para saber se há a necessidade do atendimento e qual o tipo de metodologia é necessário adotar.

Nessa perspectiva, no primeiro momento, foram realizados encontros para discutir os desafios, em busca da coleta de dados referentes às dificuldades apresentadas pelos professores sobre a sua atuação frente ao trabalho com o aluno com deficiência na classe regular.

No segundo momento, diante das questões levantadas, aconteceram visitas domiciliares e institucionais para conhecer o contexto escolar e familiar do aluno, compreendendo melhor a sua vivência e as barreiras que dificultavam o processo de ensino e aprendizagem desse sujeito. Já no terceiro momento, foram realizados, junto com os professores do AEE, estudos de casos para traçar estratégias de como orientar os professores das classes regulares, analisando documentos, artigos, leis que embasavam o trabalho do professor e todos os envolvidos neste processo de inclusão do aluno com deficiência: professor da classe regular e do AEE, aluno, coordenação pedagógica, gestão escolar, Secretaria Municipal de Educação e família.

Durante as Atividades Complementares (ACs) dos professores, que é um momento de trocas de experiências, planejamentos e ideias, são esclarecidas eventuais dúvidas que surgem. Sobretudo é de suma importância o ato de planejar-se, pois precisamos analisar quais são as estratégias que precisamos adotar, analisando as peculiaridades, a fim de que todos os alunos com necessidades educacionais especiais sejam, de fato, incluídos em todas as atividades propostas na sala.

Esse nível de planejamento com os professores trata do processo de tomada de decisões sobre a atuação concreta dos professores, no cotidiano de seu trabalho pedagógico, envolvendo o processo de reflexão, de decisões sobre a organização, o funcionamento, com base na proposta pedagógica e na Política de Educação Especial numa perspectiva inclusiva. A preocupação central é buscar ações que visam a atender as reais necessidades do educando, orientando os professores das salas comuns a adequar o seu plano de ensino. É preciso que os professores utilizem várias estratégias para que os alunos com deficiência tenham o direito de se relacionar com seus pares de mesma idade cronológica e interagir com os demais alunos, para que possa beneficiar seu desenvolvimento cognitivo, motor e sensorial.

Ao perceber fragilidades em algumas escolas, como a falta de informação e de estratégias dos professores para atuar em turmas que possuem alunos com deficiência, nota-se que é necessário realizar mais encontros periodicamente com os professores promovendo oficinas e palestras com profissionais da área.

O Atendimento Educacional Especializado se efetiva a partir de uma avaliação diagnóstica diferencial, por meio de um estudo de caso, que possibilita o reconhecimento das potencialidades e necessidades pessoais para, daí, traçar estratégias pedagógicas que sustentem a inclusão escolar do aluno. Esse atendimento deverá se articular com as atividades desenvolvidas na sala comum do ensino regular, ao longo de todo o processo de escolarização, exigindo a reorganização do sistema de ensino.

## **Resultados e discussão**

Com o Plano Nacional de Educação (PNE), foi possível olhar a educação especial como uma modalidade de ensino que traz como diretriz a integração/inclusão das pessoas com deficiência em

todas as áreas da sociedade. A partir dessa perspectiva, podemos realizar duas reflexões: o direito à educação a todos os sujeitos e o direito de receber educação, considerando as peculiaridades de cada sujeito (FONTES, 2003). Nesse sentido, a Educação é um direito fundamental de todo ser humano, legitimado pela sociedade, conforme prescreve a Constituição Federal em seu Art. 205. Assim, nada mais justo que esse direito seja respeitado em qualquer condição em que se encontrem as pessoas, por se tratar de prescrição inevitável ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao seu preparo para o exercício da cidadania, dentre eles o direito de participar, aprender, conhecer e fazer parte do meio social em que convive com seus pares.

Apesar de tantos progressos no sistema de ensino, avanços nos documentos legais e nas tecnologias, os professores apontam outras dificuldades como a falta de preparo e a insegurança frente ao movimento inclusivo, além de se sentirem desafiados frente à inclusão de alunos com deficiências em classes comuns (MAZZOTA; SOUSA, 2003; MANTOAN, 1993).

Bueno (2005), em uma de suas discussões a esse respeito, afirma que, desde a Declaração de Salamanca, em 1994, a inclusão dos estudantes com deficiência passou a ser vista como uma forma de democratização de oportunidades educacionais, visto que não havia uma particularidade inerente que não pudesse possibilitar a inclusão. O autor acredita que a inclusão dos alunos com deficiência é possível sempre que suas condições admitirem a sua incorporação em salas de aulas regulares e quando o professor dispuser de materiais e orientações apropriadas à prática pedagógica dos alunos com deficiência.

Diante do supracitado, o município aderiu ao Programa Escola Acessível, no ano de 2008, no mesmo ano em que deu início à Política Nacional de Educação Especial, e, assim, foram implantadas 6 (seis) salas de Recursos Multifuncionais, oferecendo o Atendimento Educacional Especializado. Vale ressaltar que é de suma importância o incentivo à ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do método de escolarização dos alunos com deficiência, através da contratação de profissionais de acordo com a particularidade de cada aluno, na disponibilização de recursos pedagógicos ou mobiliários, para atender à necessidade local. Assim, contribui-se com ações de sensibilização da sociedade e da comunidade escolar e disseminando o conhecimento sobre a Educação Inclusiva entre os programas e ações desenvolvidos na escola.

Salientamos que, com base nos relatos dos professores e resultados alcançados nas turmas de AEE, observa-se que as Unidades Escolares necessitam de diversos recursos pedagógicos e espaços físicos adaptados, para atender às necessidades e para que os alunos possam obter um melhor desempenho.

Com o objetivo de identificar a demanda dos alunos com deficiências no município, foi realizado um levantamento anual sobre a clientela atendida nas Unidades Escolares, com base na matrícula dos alunos do AEE. E, para garantir a participação da família e da comunidade, foram realizadas palestras com temas específicos nas escolas, com a presença de diversos profissionais - psicólogos, psicopedagogo e assistente social. Foram realizados, também, encontros com as famílias e visitas domiciliares, quando necessário.

Atualmente, os projetos interdisciplinares de inclusão e formação continuada acontecem periodicamente na rede para minimizar as dificuldades apresentadas pelas escolas. Nos últimos três anos, foi formada uma equipe multidisciplinar composta por psicólogo, psicopedagogos, assistente social, nutricionista, pedagogos, no sentido de ofertar um suporte para as escolas da rede municipal, com o objetivo de garantir a efetivação da escola como espaço para a valorização da diversidade e

cidadania, envolvendo toda a comunidade escolar. E, para viabilizar o atendimento aos estudantes com deficiência, as Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social promovem palestras nas escolas.

Baseado no quantitativo de matrículas, é surpreendente o quanto a demanda de alunos com deficiência auditiva e surdez está aumentando no município. Percebemos a necessidade de um atendimento adequado de acordo com a necessidade do aluno, pois não temos, no quadro funcional da Secretaria Municipal de Educação, um intérprete/tradutor ou professor de Libras nem formações adequadas para atendimento desse público. O trabalho com alunos supracitados ainda é insuficiente, levando em conta a demanda.

**Tabela 1:** Matrículas da Educação Especial no Município de Ibipitanga (2013).

Deficiências	Etapas da Educação Básica				
	Ed. Infantil	Séries Iniciais do E. F.	Séries finais do E. F.	Ensino Médio	Total
Deficiência visual/baixa visão	-	4	-	-	4
Deficiência Intelectual	1	23	6	-	30
Deficiência Física	0	3	-	-	3
Deficiência Auditiva	1	4	2	2	9
Deficiências Múltiplas	-	-	-	-	-
Altas habilidades/superdotação	-	-	-	-	-
Transtornos globais do desenvolvimento	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	2	34	8	2	<b>46</b>

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (2014).

Referente ao Censo/INEP, nesse mesmo ano foram computados 60 alunos com deficiências no município, conforme pode ser observado na tabela abaixo:

**Tabela 2:** Matrículas realizadas conforme dados do Censo/Inep (2013).

Números de Alunos Matriculados – município de Ibipitanga									
Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)									
Rede	Creche	Pré-escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio	Ed. Prof. Nível Técnico	EJA Fund. 1 e 2	EJA Médio 1 e 2	Total
Estadual	-	-	-	-	2	-	-	-	2
Municipal	1	3	40	9	-	-	5	-	58
Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS</b>									<b>60</b>

Fonte: Portal INEP, 2013.

Os currículos, os métodos, as técnicas, os recursos educativos e a organização do trabalho pedagógico das escolas da rede municipal nem sempre são ofertados adequadamente e contemplam as especificidades dos alunos com deficiência. Em suma, a grande maioria das escolas necessita reestruturar o currículo e integrar-se à proposta pedagógica da escola, de modo que atenda a toda

e qualquer necessidade apresentada pelos alunos, independentemente da deficiência. Apesar das sugestões dadas pelo o AEE, ainda não é suficiente.

Quanto ao acompanhamento e monitoramento do acesso à escola, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos alunos com deficiências, é parcialmente realizado, pois muitas vezes esse procedimento é feito pela coordenação do AEE, que não consegue atender toda a demanda. O mesmo acontece com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional. De acordo com os dados levantados referentes às matrículas do ano letivo de 2013, o município possui 46 alunos com deficiências, sendo as de ordem auditiva e intelectual, respectivamente, as duas mais incidentes.

No que tange à questão de acessibilidade, muita coisa ainda precisa ser feita, uma vez que o número de crianças com algum tipo de deficiência na rede regular de ensino no município cresce a cada ano. O impacto da política de inclusão pode ser medido pelo crescimento das matrículas entre 2012 e 2014. O crescimento não é casual, mas resultado da mobilização da sociedade brasileira.

Com isso, a educação especial em nossa cidade está dando passos bem vagarosos, necessitando ainda de muita atenção, pois se trata de um público que, de certa maneira, é “excluído” da sociedade. É por meio da escola, ou seja, da educação de um modo geral, que podemos construir uma sociedade mais justa e igualitária, oferecendo uma educação de qualidade, garantindo que todos exerçam os mesmos direitos e deveres. A inclusão ganhou fortalecimento com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, e com a Convenção da Guatemala, de 2001, que proíbem qualquer tipo de diferenciação, de exclusão ou de restrição baseadas na deficiência das pessoas, e com a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) lei nº13.146/15.

### **Considerações finais**

A experiência que se consolida neste artigo refere-se a uma trajetória profissional de luta no atendimento às crianças, jovens e adultos com deficiência, em processos de escolarização que visam à inclusão social plena deste alunado. Tendo amparado estes alunos desde a itinerância domiciliar, levando-os a frequentar o AEE e, posteriormente, a chegada em classes comuns, verificamos um longo percurso já percorrido e ainda muito a ser feito.

O grande desafio para a implementação de uma escola inclusiva é a situação dos docentes das classes regulares, que precisam ter condições de trabalho para adequar sua prática educacional a uma realidade caracterizada pela diversidade. Isso significa que todos os alunos, independentemente de suas necessidades especiais ou não, devem ser valorizados e respeitados. Atualmente, o município desenvolve ações importantes com o objetivo de incluir e garantir o direito das pessoas com deficiência na rede regular de ensino, e todas as iniciativas são relevantes para mudar a nossa realidade de exclusão e preconceito.

### **Referências**

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 23.12.1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei no 9394/96. Brasília: SEESP, 1994.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. *Lei nº 10.172*. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 09 de janeiro de 2001.

BRASIL. *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.146 de 6 de Julho de 2015*.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, 5 de outubro de 1988.

BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 13 de julho de 1990.

BUENO, José Geraldo Silveira. Inclusão escolar: uma crítica conceitual e política. In: SEMINÁRIO CAPIXABA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 5., 2005, Vitória. *Anais...* Vitória: UFES, 2005.

FONTES, Rejane S. História da Educação Especial no Brasil. *Presença Pedagógica*, Belo Horizonte, v. 9, n. 54, nov./dez. 2003.

MANTOAN, M. T. E. Ensino inclusivo/educação (de qualidade) para todos. *Integração*, Brasília: MEC/SEESP, n. 20, 1998.

MAZZOTTA, M. J. S.; SOUSA, S. M. Z. L. Inclusão escolar e educação especial: considerações sobre a política educacional brasileira. *Estilos da Clínica*, São Paulo: USP, v. 5, n. 9, 2003.

*Data de recebimento: 10/08/2016*

*Data de aprovação: 08/05/2017*